

---

# CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

No início desta obra, vimos que os nomes próprios fazem parte do nosso cotidiano, pois são usados com muita frequência em diversas situações. Além disso, vimos que suas propriedades chamam a atenção das pessoas em geral e têm, há vários séculos, despertado a atenção de estudiosos da linguagem e de outras áreas do conhecimento. Seu estudo científico, contudo, é bem mais recente, já que as primeiras pesquisas sobre o tema datam do início do século XIX, quando o termo *Onomástica* passou a ser usado para se referir, especificamente, ao estudo dos nomes próprios. No que se refere aos estudos onomásticos no Brasil, começaram a se desenvolver em meados do século passado e se intensificaram com a promoção e a divulgação dos estudos toponímicos pela professora Maria Vicentina do Amaral Dick. Os estudos antroponomásticos, por sua vez, foram iniciados, primeiramente, por Henrique Fontes (1885-1966) e pelo professor Rosário Farâni Mansur Guérios (1907-1987). As pesquisas sobre os nomes próprios de pessoa no país, além de ser mais recente em comparação com a Toponomástica, não recobrem, no contexto brasileiro, todas as áreas que têm sido desenvolvidas no exterior. A comparação da revisão de literatura internacional com a nacional, ambas apresentadas no primeiro capítulo deste livro, demonstra que são muitas as perspectivas de análise ainda por explorar.

Embora tenham sido mencionados alguns estudos sobre antropônimos de línguas indígenas, como é o caso da pesquisa de Lopes e Ferreira (2018) sobre a semântica da antroponímia parkatêje, este livro se dedicou à descrição e à análise da antroponímia expressa na língua portuguesa do Brasil. Sabemos, contudo, que no país são faladas e oficialmente reconhecidas, além de várias línguas indígenas, línguas de migração e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Sobre as antroponímias indígenas, podemos citar as pesquisas de Martins *et al.* (2018) sobre a antroponímia da língua kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e as de Fargetti (2018) sobre a antroponímia juruna no estado do Mato Grosso. Há também a revisão de literatura apresentada por Dias (2018) sobre os sistemas antroponímicos das línguas araweté no Pará (região Norte do país), amondawa, em Rondônia (região Norte do país), xavante e tapirapé no Mato Grosso e a antroponímia da língua xetá.

Sobre esta última língua, Dias (2018) explica que seus falantes vivem em comunidades descontínuas nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina e informa que antropólogos estão ajudando-os a recuperarem o modo tradicional de nomeação (DIAS, 2018, p. 255). Outra pesquisa que remete à perda linguística e cultural sofrida pelos indígenas é a de Falchi e Aguiar (2018) sobre a antroponímia Noke Koin, povo indígena do Acre cuja cultura e língua têm sido influenciadas pela cultura não indígena majoritária brasileira e pela visão de mundo dos missionários protestantes que desenvolvem suas atividades lá sob o auspício “da organização estadunidense Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB)” desde 1972 (FALCHI; AGUIAR, 2018, p. 327).

Sobre a antroponímia em Libras, não há tantas pesquisas, mas entre elas se destaca a de Barros (2018), que propõe uma taxionomia para os nomes de pessoa criados nesse idioma, os chamados sinais de nomes. Estes são nomes totalmente criados em Libras ou são híbridos (formados por sinais e letras) e atribuídos pelas comunidades surdas aos seus membros ou àqueles a quem a comunidade precisa fazer referência.

Outra questão que chama a atenção diz respeito ao reconhecimento da Antroponomástica como área de pesquisa, com objeto de estudo próprio. A maioria dos trabalhos sociolinguísticos sobre antropônimos realizada no Brasil, por exemplo, é filiada somente à Sociolinguística. Talvez isso ocorra por desconhecimento da área por parte destes pesquisadores ou por uma crença de que a Sociolinguística e a Onomástica seriam incompatíveis ou ainda pelo pressuposto de que o estudo linguístico dos nomes próprios não deveria ser investigado numa subárea à parte.

Também passível de discussão é a filiação dos estudos relativos à antroponímia ficcional, uma vez que se encontram no ponto de intersecção dos estudos literários com os linguísticos e, no caso dos estudos de antropônimos de personagens de teatro, filmes e telenovelas, também dos estudos semióticos.

Considerando todas as áreas de estudos antroponomásticos descritos ao longo do livro, notamos que algumas delas não puderam ser contempladas, mas abrem perspectivas para futuras pesquisas. Este é o caso de pesquisas sobre o impacto de mudanças de normas jurídicas em costumes brasileiros que envolvem a atribuição de nomes a pessoas. Há, por exemplo, a mudança na norma civil (Código Civil, art. 1.565, § 1º), que dá maior liberdade de escolha de sobrenome por parte dos nubentes, mas não se têm notícias de pesquisas evidenciando se e em que medida esta mudança motivou atribuições de sobrenome a recém-casados diferente da tradicional, na qual a esposa recebia o sobrenome do marido.

A área da Antroponomástica Comparada também pode ser mais bem explorada, não só mediante comparação de sistemas antroponímicos de línguas diferentes, mas também com relação ao mundo lusófono. Nesta direção, seriam bem-vindas pesquisas atuais nas quais os usos antroponímicos de cada país da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) fossem comparados e analisados. Pesquisas aplicadas aos estudos da tradução também são uma área de estudo que pode ser mais explorada em âmbito nacional, o que também pode ser afirmado sobre pesquisa antroponomástica de viés histórico ou diacrônico.

O interesse pela promoção de pesquisas de âmbito internacional não significa que esteja completa a descrição do sistema antroponímico brasileiro. São necessárias mais pesquisas sobre a fonética e a fonologia dos antropônimos tanto daqueles em língua portuguesa quanto dos que estão em línguas estrangeiras mas são amplamente utilizados no Brasil, tendo por base não apenas os falantes nativos de língua portuguesa, mas também os falantes cujas línguas maternas são outras, a exemplo de muitas populações indígenas do Brasil. São bem-vindos, igualmente, estudos que tratem das variações gráficas dos nomes em uso no Brasil.

Sobre as características morfológicas dos antropônimos, também há muitas pesquisas por se fazer. Na antroponímia feminina, poderia ser investigada a constituição, os usos e as motivações das variantes morfológicas *-el-a* dos prenomes (*Daniele* e *Daniela*, por exemplo); ou ainda pesquisas sobre como prenomes justapostos tornam-se compostos e como estes nomes são avaliados pelos

usuários do idioma, além de investigações mais aprofundadas sobre a criação de prenomes por aglutinação e sobre a constituição, o uso e as conotações sociais dos hipocorísticos.

No que tange aos aspectos propriamente morfossintáticos dos prenomes, são necessárias investigações mais amplas sobre o uso de artigo antes do prenome. Não obstante as numerosas pesquisas já desenvolvidas, ainda está por ser feita uma descrição do fenômeno em nível nacional. Também seria importante a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre a anteposição a antropônimos de elementos como *seu* e *dona*, nomes de parentescos (*tio*, *avô*, etc.) e possessivos.

Com relação às categorias de antropônimos contempladas ao longo do livro, a dos prenomes foi a que mereceu mais atenção, e apenas poucas observações foram feitas a respeito dos sobrenomes e de outras categorias de nomes. Há, assim, um vasto campo de estudo a ser explorado em pesquisas sobre constituição e uso de apelidos, nomes artísticos, nomes de guerra, nome parlamentar, nome de urna, nomes religiosos, etc.

Por fim, levando-se em conta não o tipo de antropônimo sob análise, mas sim a abrangência das pesquisas, as que foram descritas ao longo deste livro e as mencionadas na revisão da literatura nacional no primeiro capítulo, focam somente parte do sistema antroponímico nacional. No que diz respeito à antroponímia ficcional relativa à Literatura Brasileira, a escassez de pesquisas abrangentes é ainda maior. De fato, é preciso que se desenvolvam projetos nacionais de descrição antroponímica no país.

Considerando que conhecer as formas de nomeação de uma comunidade significa conhecer mais sobre a identidade desse grupo, acreditamos que a ampliação das pesquisas sobre os antropônimos poderá contribuir para que conheçamos mais como são os nomes próprios da nossa língua e o que eles revelam sobre nosso comportamento social e cultural.